

**FORMAÇÃO POLÍTICA, CULTURAL, IDENTITÁRIA, TERRITORIAL E SOCIOECONÔMICA SÃO BORJENSE: SINGULARIDADES DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS**

**POLITICAL, CULTURAL, IDENTITY, TERRITORIAL AND SOCIOECONOMIC FORMATION SÃO BORJENSE: SINGULARITIES OF SMALL RURAL PRODUCERS**

Liliane Lencina dos Santos<sup>1</sup>  
Angela Quintanilha Gomes<sup>2</sup>

Recebido em: 15/03/21  
Aceito em: 10/05/2021

**Resumo:** Este artigo aborda de forma sucinta o município de São Borja nos seguintes aspectos: cultural, identitário, político, territorial e socioeconômico, no sentido de iniciar a compreensão das particularidades e necessidades dos pequenos produtores rurais do município. O objetivo deste trabalho é observar, a partir de dados bibliográficos e documentais, as condições de vida dos pequenos produtores rurais do município de São Borja e se existe alguma relação do seu modo de vida e de produção atual com aspectos culturais e identitários. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e com uso do método qualitativo. São Borja foi um dos Sete Povos das Missões, tornou-se vila e posteriormente cidade ainda no Brasil Império. Com um histórico ligado a estâncias fruto da distribuição de sesmarias e da pecuária, advindo fortuitamente das reduções jesuítas. Nota-se uma reprodução das grandes propriedades nas pequenas porções de terras, só que esta sem as mesmas inovações e assistências técnicas que ampliam e inovam a produção.

**Palavras-chave:** São Borja; Pequenos produtores rurais; Identidade coletiva; Cultura; Território.

**Abstract:** This article briefly addresses the municipality of São Borja in the following aspects: cultural, identity, political, territorial and socioeconomic, in order to begin to understand the particularities and needs of small rural producers in the municipality. The objective of this work is to observe, from bibliographic and documentary data, the living conditions of small rural producers in the municipality of São Borja and whether there is any relationship between their way of life and current production with cultural and identity aspects. This is a bibliographic, documentary, descriptive research using the qualitative method. São Borja was one of the Seven Peoples of the Missions, it became a town and later a city still in Empire Brazil. With a history linked to estancias, the result of the distribution of sesmarias and cattle raising, resulting fortuitously from Jesuit reductions. There is a reproduction of large properties in small portions of land, but without the same innovations and technical assistance that expand and innovate production. Keywords: Capitalism; Structural Violence; Society.

**Keywords:** São Borja; Small rural producers; collective identity; Culture; Territory.

## INTRODUÇÃO

<sup>1</sup>Mestranda em Mestrado Profissional em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa- *Campus* São Borja. E-mail: lilianasantos.aluno@unipampa.edu.br. Pesquisa sobre: Configurações institucionais e dinâmicas sociais em áreas de fronteira.

<sup>2</sup> Professora associada da Universidade Federal do Pampa- *campus* São Borja, orientadora do Mestrado Profissional em Políticas Públicas. E-mail: angelagomes@unipampa.edu.br.

Este trabalho terá dois momentos historicamente distantes, mas necessários para o entendimento do estudo. No primeiro momento abordado aspectos históricos da formação da sociedade de São Borja. Para que, na sequência sejam observados os aspectos relativos à constituição e as particularidades dos pequenos produtores rurais da cidade.

Para isso, ao longo do texto abordam-se conceitos básicos como: território, identidade coletiva e cultura. Vale observar que, o artigo é escrito sob a ótica das ciências sociais, buscando entender os aspectos socioeconômicos, identitários, políticos, territoriais e culturais sob o viés histórico.

A região das Missões desenvolveu-se de forma bastante promissora principalmente após a chegada dos padres jesuítas na região, que implantaram um sistema comunitário e de produção bastante organizado e eficiente. Os padres coordenavam a catequização, sistema produtivo, educação, cultura, artes, etc. Os produtos que excediam, ao necessário para o consumo, eram exportados principalmente para Buenos Aires, entre esses produtos estavam o couro e a erva mate (RODRIGUÊS, 1982).

O período jesuítico começou a decair com a assinatura do Tratado de Madrid em 1750, onde as Missões passariam do domínio espanhol para o domínio português. No entanto, os espanhóis permaneceram controlando a região de 1768 até 1801. A região, assim como a cidade de São Borja, esteve sob o controle português do ano de 1801 até a independência brasileira em 1822. O município recebeu o título de vila no ano de 1834 e transformou-se em cidade em 1887, ambos acontecimentos ocorreram ainda no Brasil Império que existiu até o ano de 1889 (RODRIGUÊS, 1982).

A povoação da cidade se deu a partir da doação de sesmarias principalmente para militares, que tinham como principal objetivo inicialmente a preservação do território. Esses povoadores encontraram muito gado solto na região. Com esse gado formaram-se as estâncias que tinham como principal produto a pecuária. A mão-de-obra era feita pelos chamados peões, muitos destes indígenas, que lidavam com o gado em com todas as atividades relacionadas às estâncias. O trabalho escravo também foi utilizado no município, mas abolido em 7 de setembro de 1887, poucos meses antes do fim da escravidão no Brasil que ocorreu em 13 de maio de 1888 (RODRIGUES, 1982).

São Borja apresenta uma história de desigualdade quanto à comercialização e distribuição de renda. As pequenas propriedades rurais sempre foram meras agregadas das

grandes propriedades rurais, recebendo pouca atenção e políticas públicas específicas. A sociedade despossuída apenas recebe ações paliativas. Não há interesse político de atacar a miséria (SOUTO, 2013) desse grupo social.

O principal objetivo deste trabalho é observar a partir de dados bibliográficos e documentais as condições de vida dos pequenos produtores rurais do município de São Borja e se existe alguma relação do seu modo de vida e produção com aspectos culturais e identitários.

## **METODOLOGIA**

As principais fontes deste estudo são bibliográficas e documentais. São considerados tanto estudos de cunho histórico, assim como, trabalhos mais atualizados que disponham de dados principalmente de viés cultural, identitário, territorial, político e socioeconômico, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), EMATER do Rio Grande do Sul, EMBRAPA, Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, sites oficiais da União, Estado e município, etc.

É aplicado o método qualitativo porque são analisados documentos. Pois, a análise qualitativa não apresenta um modelo pronto a ser seguido, cabendo ao pesquisador usar da sua capacidade interpretativa dos fatos (GIL, 2008, p. 175).

É uma pesquisa bibliográfica, documental, e descritiva: bibliográfica porque trabalha com a análise de artigos, textos e dados de sites, livros, revistas, jornais, etc. Entre as principais vantagens dessa forma de estudo está o fato do pesquisador coletar uma série muito grande de informações, algo que se fosse buscar em fonte primária talvez fossem menos significativas (GIL, 2008, p. 50); documental porque consulta e analisa documentos relativos ao tema do projeto. Para isso usa materiais que ainda não foram analisados ou que poderão ser reelaborados conforme os objetivos do pesquisador (GIL, 2008, p.51); e por último, descritiva porque descreve o panorama da realidade social dos pequenos agricultores do município de São Borja. A pesquisa descritiva é aquela “que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc. (GIL, 2008, p. 28)”.

## **TERRITÓRIO, IDENTIDADE COLETIVA E CULTURA**

O embasamento teórico dará o suporte científico do trabalho, pois, a partir da compreensão de conceitos básicos, inerentes ao trabalho, será possível observar a situação atual dos pequenos produtores rurais de São Borja. São abordados os seguintes conceitos: território, identidade coletiva e cultura.

Pode-se dizer que o território é um espaço delimitado e definido a partir e por relações de poder, poder este provido em algo ou alguém por uma junção de pessoas (SOUZA, 1995, p.78-79). As relações de poder ocorrem em diferentes escalas territoriais. O Estado, por exemplo, interfere em diferentes escalas do poder. No entanto, determinados poderes ficam limitados a determinadas escalas territoriais. Temos, portanto, relações de poderes em diferentes escalas: supranacionais, nacionais, regionais, locais, etc. que produzem uma variedade de territórios, cada um com uma territorialidade distinta, ou seja, com uma abrangência diferente, assim como, com um conteúdo próprio, sendo adequado, vivenciado e apreendido de forma única pelos atores sociais (BOLIGIAM, 2003, p. 28).

O território com limites e contornos é uma construção histórica, produzido pela ação do homem. O território não tem nada de espontâneo, trata-se de uma categoria falsamente natural e aparentemente universal. A fronteira política é sempre uma linha subjetiva e definida por alguns, para além da fronteira natural. “Tal como os animais se apropriam da natureza definindo territórios, os homens “dilatam as suas conquistas”, apropriam-se do espaço, percorrendo-o, conhecendo-o, nomeando-o e mapeando-o (BUENO, 2004, p. 229)”.

Para Milton Santos no início da história humana, o formato territorial era um simples conjunto “dos complexos naturais”. Na medida em que vai se fazendo a história, o perfil territorial passa a ser dado pelas obras humanas, como: plantações, estradas, depósitos, casas, fábricas, cidades, portos, etc. “Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 1994, p. 55)”.

Entender o conceito de cultura e identidade coletiva também é de grande relevância para o seguimento do estudo. Nota-se não são somente as sociedades globais que produzem o encontro de culturas, isso ocorre também em grupos sociais de uma mesma sociedade heterogênea. Como tais grupos são hierarquizados, observa-se também essa hierarquização

nos aspectos culturais, não significando que a cultura do grupo socialmente dominante irá determinar a cultura do grupo dominado (CUCHE, 1999, p.15).

O aspecto mundialização põem em questão, devido ao acesso robusto às comunicações e aos transportes, as fronteiras territoriais locais, assim como, as relações entre identidades e lugares. No entanto observa-se que a perda ou sentimento de perda de identidade é compensada pela a criação de novas retóricas e contextos identitários. Nesse sentido, que “híbrida ou mestiça, como se diz agora, a cultura encontra-se assim mais dominada do que nunca pela problemática da identidade, que se enuncia cada vez mais como uma “identidade cultural” (AGIER, 2001, p.7, grifo do autor)”.

A identidade coletiva está muito ligada à defesa da autonomia cultural, são conceitos que se dirigem a uma mesma realidade, observadas por ângulos distintos. É preciso compreender as relações de grupos vizinhos, para só então, compreender a identidade cultural de um determinado grupo social (CUCHE, 1999, p. 14). Para Pollak a identidade coletiva é todo o investimento feito ao longo do tempo por um grupo, “todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência (POLLAK, 1992, p.207)”.

A cultura não somente permite ao homem adaptar-se ao seu meio, mas permite que o seu meio se adapte ao próprio homem. “Em suma, a cultura torna possível a transformação da natureza (CUCHE, 1999, p. 11)”. Pode-se considerar também que a cultura seja um

conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar a seu meio ambiente natural e social. Nesse sentido, a cultura abrangeria diferentes aspectos da vida: *savoir-faire*, conhecimentos técnicos, costumes relativos a roupas e alimentos, religião, mentalidade, valores, língua, símbolos, comportamento sócio-político e econômico, formas autóctones de tomar decisões e de exercer o poder, atividades produtoras e relações econômicas, entre outros (KASHIMOTO; RUSSEFF, 2002, p. 35).

Pelo viés antropológico, segundo Geertz, o homem é um animal amarrado a teias de significados, tecido por ele mesmo. Assume a cultura como sendo tais teias e a sua análise. Não sendo, portanto, uma ciência experimental que busca leis, mas sim, uma ciência interpretativa a procura de significados. Para o autor a análise cultural deveria ser ou é uma “adivinhação de significados, uma avaliação das conjunturas, um traçar de conclusões

exploratórias a partir das melhores conjeturas e não a descoberta do Continente dos Significados e o mapeamento da sua paisagem incorpórea (GEERTZ, 1989, p.10-20)”.

A identidade não é um fato ou dado, não é essência, seja ela cultural ou da natureza. A identidade não é estável, fixa, permanente, unificada, coerente. Ela não é definitiva, homogênea, transcendental, definida, idêntica. No entanto, pode-se dizer que é um efeito, uma construção, uma relação, um ato performativo, um processo. A identidade é contraditória, instável, inconsistente, inacabada, segmentada. Está ligada a estruturas narrativas e discursivas e está atrelada a um sistema de representação, com uma conexão estreita com relações de poder (DA SILVA, 2000, p.95-96).

### **ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE SÃO BORJA**

Este estudo não ficaria completo sem que fosse feita uma breve investigação histórica da formação política, social, econômica e territorial da cidade de São Borja. Considerando o longo período a ser estudado, que valeria no mínimo mais outro artigo, serão abordados apenas os momentos mais relevantes desse processo.

O “povo de São Francisco de Borja”formou-se por famílias desmembradas da Redução de Santo Tomé, que cruzaram o rio Uruguai pela margem direita. As primeiras famílias (1.952 pessoas) eram de índios disciplinado, batizados, educados para o trabalho, foram escolhidos entre os melhores “elementos”, e eram especializados em várias ramos de atividades, o que facilitou muito a formação e organização da nova colônia. A Redução de São Francisco de Borja data sua fundação no ano de 1682, sem saber ao certo o mês. Para alguns historiadores, no entanto o ano seria 1687, ano em que a Redução de fato é instalada a passa a receber livro próprio de batismo, já que até então os registros eram feitos em Santo Tomé (RILLO, 2013, p.8; RODRIGUES, 1982, p.17).

Nas reduções os índios sob orientação dos Padres e leigos da Companhia de Jesus, realizavam diversas atividades, como: fabricação artesanal de vários instrumentos de música, altares sacros e esculturas, móveis, relógios, sinos, etc. eram exímios copiadores, capazes de copiar exatamente qualquer escultura, objeto industrial ou manufaturado. No campo econômico, em especial em São João Batista, orientados pelo padre Sepp fundiam a prata, o cobre, o ferro e o ouro. Exportava principalmente para Buenos Aires, mandioca, fumo, feijão,

trigo, milho, linho, algodão, além de cultivarem pomares para suprir as necessidades das Reduções (RILLO, 2013, p.10). Neste sentido, “cuidavam de trazer lotados os seus campos da sede, trazendo tropas dos campos do sul para completar o seu povoado”, já que a pecuária era o maior subsídio da economia, o couro servia para fazer artesanatos e também para ser exportado para Buenos Aires e a carne era usada como alimento. A erva mate também era exportada para Buenos Aires, assim como, para as demais Reduções que estivessem com falta do produto (RODRIGUES, 1982, p. 27).

As reduções adotaram um sistema de produção, distribuição e consumo que muito se assemelha ao sistema de vida comunista. Neste sentido o historiador Clóvis Lugon, elaborou uma obra que denominou de “A República Comunista Cristã dos Guaranis”. Para Rillo o aspecto econômico é igual, exceto no que se refere ao sistema político-sócio-religiosas. (RILLO, 2013, p. 10-11, grifo do autor). Neste sentido predominava o

sistema comunitário, todos os bens pertenciam à comunidade, e todos os habitantes gozavam da mesma igualdade em suas necessidades. [...] A produção das lavouras e hortas da comunidade era recolhida, na colheita, aos armazéns gerais para ser repartida, equitativamente, entre todos aqueles que faziam parte da comunidade; bem assim, a produção das lavouras particulares, que era armazenada, levando-se escriturado o que recebia de cada um (RODRIGUES, 1982, p. 23-24).

As reduções jesuíticas-guarani eram também chamadas de “Missões”, “Reduções” ou de “Povos”, tanto pelos padres jesuítas como pelos índios. Tais reduções aplicavam conhecimentos em diversos campos do conhecimento, como: arquitetura, artes, urbanismo, havia uma integração a cultura vinda da Europa com modos e costumes dos índios. A escolha do território para que fosse instalado o povoado reducional dependia de “critérios geográficos e estratégicos que pudessem contribuir com as políticas comerciais, defesa territorial e sustentabilidade dos povoados guarani”. Como exemplo pode-se citar: a escolha por lugares altos, onde facilitaria o acesso e a defesa e a proximidade de rios (Paraguai, Paraná e Uruguai) (RODRIGUES et al, 2013, p.4).

O período das Reduções jesuíticas começou a sofrer abalos com a assinatura do Tratado de Madrid em 1750, onde a região passava do domínio espanhol para o português. Mas, os espanhóis permaneceram controlando a região de 1768 a 1801, período de grande exploração e usurpação das conquistas das comunidades indígenas da região. O governo

português assume o comando da região somente em 1801, permanecendo até a independência brasileira que ocorreu no ano de 1822 (RODRIGUES, 1982).

Pela divisão apresentada no Tratado de Tordesilhas (1750) boa parte do Brasil pertencia a Espanha (DE OLIVEIRA RAMOS, 2019), inclusive onde hoje é São Borja. O Tratado firmado entre as cortes da Espanha e de Portugal deu início a instabilidade que levaria ao declínio da cultura jesuítica das Reduções orientais do Uruguai, onde ficavam os Sete Povos das Missões. Nesse Tratado Portugal trocava a Colônia do Sacramento, onde hoje é o Uruguai, pelos Sete Povos das Missões. Quando os caciques dos povos guaranis não aceitam cumprir o Tratado e resolvem reagir, os portugueses e os espanhóis juntam seus exércitos, dando início a Guerra Jesuítica, que terminou com os missionários vencidos. Com a expulsão dos padres jesuítas, quem assume a direção religiosa na cidade, e na região, são os padres franciscanos, mas estes não conheciam o sistema jesuítico para impor e dirigir os índios, tanto no civismo quanto na fé (RODRIGUES, 1982, p.32-34).

São Borja até 1809 pertencia ao município de Porto Alegre. Em 11 de março de 1833, o Governador da província, Dr. Manuel Antônio Galvão desmembra o município de Rio Pardo. Em 1885 o município tornou-se vila, coordenado pelo Eng.º Eugênio de Andrade Guimarães que traçou mapas que delimitava o perímetro urbano, fixando limites, traçando às ruas, ainda sem nome, até o bairro do passo (RILLO, 2013, p.29; RODRIGUES, 1982).

Durante o império o conceito de vila era bastante amplo, pois conferia autonomia administrativa, que ficava subordinado apenas aos governos provinciais. Conforme a Constituição de 1824 a Câmara de Vereadores com cargos eletivos (no entanto poucos cidadãos cumpriam os requisitos de renda mínima exigido para votar) cumpria as funções legislativas que elegia todo ano um presidente que era o poder executivo (BRASIL, 1824).

O título de cidade veio somente em 1887 com aproximadamente 3.360 “almas”, sem contar a população rural que possivelmente fosse bem maior que a urbana devido a grande extensão territorial, já que na época a economia e as atividades eram predominantemente rurais (RILLO, 1982, 2013, p.15-29; O’DONNELL, 2014, p. 13; RODRIGUES, 1982, grifo do autor). A economia da cidade nesse período era predominantemente a pecuária, exportava-se o charque, o couro, a cachaça e a rapadura. Tais produtos eram transportados principalmente pelas águas do rio Uruguai (RILLO, 2013).

São Borja ganhou a primeira agência bancária no ano de 1910, denominado Banco da Província, sob gerência de Dr. Raphael Escobar, seguido do Banco Pelotense em 1912, gerenciado pelo sogro de Getúlio Vargas, o senhor Antônio Saramanho. O primeiro telégrafo foi instalado em 1881, ligava a cidade à Santa Maria de onde as mensagens eram distribuídas. A primeira linha telefônica é datada de 1906, a central ficava na Rua Aparício Mariense com sub-central no bairro do passo, com 100 aparelhos ao todo. A cidade inaugurou o primeiro trecho ferroviário no ano de 1913, ligando São Borja à Itaqui. Dentre essa atividade já citadas, outro aspecto de relevância histórica é quanto à navegabilidade do rio Uruguai, desde a época dos jesuítas, mesmo que de modo não regular, que balsas e barcos de madeiras faziam travessias, mas foi no ano de 1835 que São Borja recebeu por decreto a primeira Alfândega, que transportava vários produtos entre eles, a erva mate (RILLO, 2013, 29-31).

Com o governo provisório, em 16 de novembro de 1889 foi implantado pelo Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889 o sufrágio universal. Com as novas determinações São Borja junto com Santiago do Boqueirão ampliaram de 556 eleitores em 1888 para 1.205. A Constituição de 1891 ampliou ainda mais a autonomia dos Estados, já, os municípios contaram com certa flexibilização na Lei (O'DONNELL, 2014, p.18).

O'Donnell considera o início da vivência político-administrativa de São Borja local passou por seis etapas entre 1889 e 1947 até atingir um maior refinamento e aperfeiçoamento cidadão e cívico: Entre 1900 e 1907 houve a consolidação da República e a organização administrativa, com um destaque ao fundador Cel. ApparícioMariense da Silva; Entre 1907 e 1930 com o período Plebiscitário: sob controle da família Vargas; Entre os anos de 1930 e 1947 foi o período de continuação e domínio familiar mitigado: apontada pela participação do educador Dr. Cleto Dória de Azambuja e pelo sanitarista Dr. Syrio Martins Trois; O período de 1947 e 1966 marcou a primeira democratização: com mandatários nomeados pela ditadura militar: E por último o período de 1964 e 1985: com a segunda e atual fase da democratização (O'Donnell, 2014, p.11-12).

Os primeiros povoadores de São Borja foram, entre muitos outros: José Borges do Canto (um contrabandista e aventureiro) juntamente com mais treze de seus companheiros<sup>3</sup>;

---

<sup>3</sup>João Cabo Frias, José Gomes Centurião, José Joaquim Barbosa, Antônio Lopes Pacheco, José Joaquim Domingues, Raimundo Santiago, José da Silva Ávila, Francisco Fernandes, Joaquim Ferreira Machado, Januário Barbosa, Manuel Gomes Leite Siqueira, Francisco Gomes de Matos e José Agostinho dos Santos (RODRIGUÊS, 1982, p. 42).

Francisco Marques Pereira; José Marques dos Santos; Floriano Machado Fagundes; José Pereira da Silva e sua filha: Constantino da Silva Brum; Serafim Inácio dos Santos; viúva Flaubiana Antunes Monteiro; Joaquim Luiz Viegas; Vasco dos Santos Robalo, estes receberam de uma a três sesmarias de campo aproximadamente (RILLO, 2013, p.14; RODRIGUÊS, 1982, p. 42-43). Manuel dos Santos Pedroso e Borges do Canto receberam promoções oficiais e uma sesmaria cada, para este na zona do Vale do Camaquã, o que não deixou muito animado, já que, a patente não trazia vantagem nenhuma e o lugar onde recebeu as terras também não era do seu agrado, e tão poucotinha interesse em permanecer num só lugar ou plantar, “precisava dos grandes espaços do pampa gaúcho para se movimentar e viver feliz (JUNG, 2003, p. 74- 75; RODRIGUES, 1982, p.45-46).

A cidade continuou recebendo povoadores principalmente no governo de Chagas Santos que garantia prosperidade e segurança para a povoação. Surgiram dessa forma as primeiras estâncias organizadas, nas terras doadas pelo Império, os primeiros povoadores portugueses (RORIGUES, 1982, p.53-54). A ocupação dessa região se deu pela doação de sesmarias preferencialmente para militares, pois os mesmos poderiam ser além de proprietários guardiões. Criaram-se estância, onde a mão-de-obra era pelos denominados peões. Esses peões lidavam com a criação de gado, e outras atividades atreladas as propriedades, junto a natureza, a maioria em mata semiaberta ou campos abertos (Plano estratégico participativo de desenvolvimento da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul 2015-2030, 2017, p. 60-62).

O fato é que o homem que viveu e vive, no campo, enraizou-se nesse ambiente, a ponto de criar uma identificação própria que o diferencia de vários outros sujeitos por expressar não só a forte relação com as práticas de trabalho, mas também um sentimento de pertencimento deste espaço (PLANO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL 2015-2030, 2017, p. 60-62).

São Borja possui um passado liga à agropecuária, sabe-se que os jesuítas já cultivavam trigo nas Missões, mesmo sendo de subsistência, vindo a entrar em decadência após o abandono dos Sete Povos. De tal forma que, em 1837 a cidade já exportava com regularidade linho, chegando a ser uma das maiores produtoras do produto da América do Sul em 1960. Com a criação de gado o município deu início as suas atividades comerciais, se consolidando

na economia pastoril, fato é, que está presente até hoje na base econômica da cidade (RILLO, 2013, p. 46-47; RODRIGUES, 1982, p. 54). A sociedade são borjense se estruturou após como território português tendo o

fazendeiro como chefe, do aventureiro como líder e do soldado como militar. Todos unidos em defesa de uma comunidade em formação. Formavam um característico próprio entre os gritos campeiros dos rodeios, o som dos clarins e o entrecocar das lanças e espadas, assentando assim as bases da combatividade de seus primeiros povoadores, que viriam refletir-se mais tarde na própria nacionalidade brasileira [...] São Borja foi a base histórica da formação das comunidades no extremo sul do país, que se tornou independente em 1822, com um mínimo de ajuda da Metrópole (RODRIGUES, 1982, p. 70).

## **ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DE SÃO BORJA**

Vamos observar a partir de fontes bibliográfica e documental as pequenas propriedades rurais do município de São Borja. Observa-se que existem poucos trabalhos que tratam especificamente do grupo estudado. Para isso será usada a classificação disposta na Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que classifica a pequena propriedade aquela que apresenta até quatro módulos (BRASIL, 1993). Cada cidade dispõe de medidas diferentes para cada módulo, em São Borja um módulo corresponde a 20 hectares (EMBRAPA, 2019).

Historicamente São Borja pertence à região das Missões, mas geograficamente possui fatores que a identificam com municípios da Fronteira Oeste. O município é dividido em quatro distritos: sede em São Borja; Samburá; Nhu-Porã e Sarandi (PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE (2017-2020) DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, 2017). A Baixo está o mapa político administrativo da cidade de São Borja.

Imagem1



**Fonte:** Prefeitura Municipal de São Borja. Plano municipal de saúde (2017-2020), 2017.

São Borja tem aproximadamente 61, 671 habitantes, densidade demográfica de 17, 05 hab./Km<sup>2</sup>. Abastecida pelo manancial do Rio Uruguai, atendendo 99% dos domicílios. A população é constituída pelas seguintes etnias: espanhola, portuguesa, indígena, italiana, germânica, árabe, etc. O setor econômico do município é basicamente primário, contando com um amplo parque de beneficição de grãos, sendo este o principal setor da economia local (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2007).

A identidade da Fronteira Oeste é atrelada a um grupo que apresentava, historicamente, um modo de vida campeira, a um passado rural, com destaque para a agropecuária e a agricultura. Observa-se que a formação cultural se deu a partir da mistura dos conhecimentos manuais dos índios e intelectuais dos jesuítas, pode-se dar como exemplo a tecelagem, a metalurgia, a doma de animais, escultura e pintura. Para a formação do sujeito “gaúcho” reuniu-se novas formas culturais (Plano estratégico participativo de desenvolvimento da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul 2015-2030, 2017).

Até a chegada da mecanização intensiva o produto que mais movimentava a economia da cidade era a pecuária. Os primeiros povoadores encontraram muito gado espalhado pela região, deixados pelos jesuítas após o abandono dos Sete Povos. Esses animais se disseminavam soltos pelos campos em estado selvagem. A matriz econômica do município eram inicialmente as estâncias que tinham como produto o gado e meio de produção as terras e o cavalo, sendo por mais de um século o suporte quase que único da economia em grande escala. O gado era levado para as charqueadas para Pelotas em tropeadas que levam de 40 a 50 dias por atalhos abertos pelos tropeiros. Em 1858, São Borja tinha 250 mil bovinos, 31 mil ovelhas e incontáveis tropas de mulas (RILLO, 2013, p.48).

As pequenas propriedades rurais de São Borja representam uma pequena parte do território. Nesses lugares são cultivadas lavouras para a subsistência e uma pecuária leiteira com pouca produtividade. São locais que precisam de grande intervenção do estado com apoio técnico e auxílio para a comercialização da produção. O município conta ainda com dois assentamentos rurais federais do INCRA, o Cambuxim e São Marcos ao norte e dois assentamentos estaduais, o Cassacan e o Cristo Redentor ao Sul. Essas áreas ocupam 0,5% da área do município, a suas produções são diversificadas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2007).

Estudos apontam a dificuldade que existe em convencer os pequenos produtores rurais da Fronteira Oeste em apostar na diversificação da produção. Mesmo nas pequenas frações de terra é reproduzida a mesma forma de produção, em especial a pecuária de corte, das grandes propriedades. Culturalmente a pecuária está atrelada ao domínio da economia e consequente demonstração de poder e “status” social (ALENDE, 2006).

A fruticultura que também teve início com os povos jesuítas, foi amplamente cultivada até o final do século XIX, mesmo que de forma não econômica, mas foi abandonada no século XX. Poderia ser uma opção para a agricultura familiar, já que, necessita da utilização de muita mão de obra familiar e não familiar, por ser uma fomentadora de renda, precisa também da união familiar. Para ser uma fonte viável é necessário volume de produção, assistência técnica e mercado comprador (SOUTO et al, 2016, p. 60).

A chegada dos primeiros imigrantes se deu no final do século XIX até meados do século XX, o que mudou o perfil vocacional do município. Com o “branqueamento” populacional após o século XX a agricultura passa a liderar economicamente. Possuindo atualmente uma grande importância política, social e econômica (SOUTO, 2013).

Para Souto o perfil individualista dos detentores do poder do município tem a haver com a cultura coronealista e caudilhesca que de um lado fica o homem branco detentor da força e do poder e de outro a sociedade despossuída (afrodescendentes, indígenas, peões, missionários, gaudérios, soldados, pobres, agricultura familiar, analfabetos, os detentores de poucas instruções). São populistas que visam ampliar seus poderes políticos e posses, portanto, não buscam o bem dos despossuídos, que são apenas massas de manobra. Os mesmos fazem uso do apadrinhamento e valorizam a cultura do silêncio (por meio da violência) (SOUTO, 2013, p.59).

Quando observamos o desenvolvimento das pequenas propriedades rurais, observa-se um modelo individualista que leva ao baixo rendimento e renda. Poucos dominam a produção que faz com que poucos façam prevalecer seus interesses em desvantagem a maioria da população. Souto observa que o modelo individualista, com pouca instrução, renda e falta de atitude geram propriedades com baixo desenvolvimento tanto quantitativa quanto qualitativamente. Entre os aspectos condicionantes negativos estão: baixo cooperativismo, baixa confiança, saída dos jovens do campo para outros municípios, baixa escolaridade-

escolarização e chefes políticos caudilhistas e coronelistas. Todos esses aspectos sendo influenciados pela cultura individualista (SOUTO, 2013, p.59-60).

De forma geral a educação iniciou tardiamente para a população são borjense, somente a partir do século XIX. Atualmente os órgãos públicos a consideram como sendo mediana. Em pesquisa é constatado que há um baixo grau de instrução dos chefes de família dentro do grupo analisado, sendo, portanto esse um dos desafios da cidade (SOUTO et al, 2016, p. 60). Conforme dados do censo agropecuário de 2017, 5,21% da população do município nunca frequentou escola, no estado do RS esse índice é de 3,17%, já no Brasil sobe para 15,51%. O percentual que frequentou até a quinta série é de 24,58% na cidade, no RS fica em 37,16% e no Brasil aumenta para 38,05% da população rural. Ao observar quem completou o primeiro grau, em São Borja conta com 29,99% das pessoas, no estado esse indicador é de 38,25% e no Brasil fica em 25,20%. Dentro do grupo investigado 17,50% tinha completado o ensino médio no município, no estado esse indicador é de 13,91% e no Brasil fica em 14,37%. Quanto o percentual da sociedade com curso superior, na cidade é de 18,39%, no estado é de apenas 6,21% e no Brasil é ainda menor de apenas 5,60%. Ao observar os indicadores da parcela da sociedade com mestrado e doutorado, nota-se que o município está acima da média estadual e brasileira, no município é de 0,98% das pessoas, no estado diminui para apenas 0,34% e no Brasil é de somente 0,33% (IBGE- censo agropecuário 2017, 2020).

Os dados acima merecem uma especial atenção, observa-se que o percentual da população analisada que nunca frequentou uma escola é maior que a média do estado, mas está muito abaixo dos indicadores nacionais. Quanto aos que estudaram até o quinto ano, está abaixo da média do estado e acima da média brasileira. A parcela da população rural do município com primeiro grau completo é inferior a média estadual, mas superior a média nacional. Quanto à parcela com ensino médio, graduação, mestrado e doutorado os indicadores são melhores que do estado e do país. Vale lembrar que são indicadores de toda a população rural de São Borja, não sendo possível separar a grande, as médias e as pequenas propriedades rurais. Não é impossível que existam grupos específicos (mais ricos) com média muito superior de ensino em detrimento de outros grupos (mais pobres).

Souto et al observa que nas pequenas e médias propriedades rurais de São Borja existe um baixo índice de cooperativismo, associativismo e empreendedorismo. Das 248 propriedades analisadas, 207 (83,5%) desempenhavam um modelo que os autores

caracterizam como “perfil individualista horizontal”. Constatando que existe um empreendedorismo fraco condicionado com uma negativa ao desenvolvimento rural localizado (SOUTO et al, 2015).

O Rio Grande do Sul teve uma taxa de crescimento populacional de 0,49%, a menor taxa do Brasil do período 2000-2010, havendo inclusive diminuição em alguns municípios. Observa-se que houve um esvaziamento principalmente nas áreas rurais nas áreas da Fronteira Norte e parte do Sul, com concentração populacional no Leste gaúcho. A perda populacional da Fronteira Oeste foi de 0,49% (2000-2010), com taxa negativa de crescimento urbano (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL- COREDE FRONTEIRA OESTE, 2015).

Observa-se que as taxas de crescimento da população são inferiores ou negativas, indicando um deslocamento da população para outras regiões ou para as áreas urbanas. “O desafio é frear ou pelo menos minimizar esse processo e ao mesmo tempo gerar formas de incentivar ao desenvolvimento. Além disso, a Região tem acompanhado o processo de transição demográfica, aumentando a população nas faixas etárias mais avançadas”. Existe a necessidade de políticas que consigam integrar essa população mais idosa no convívio, no lazer e nas atividades produtivas. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL- COREDE FRONTEIRA OESTE, 2015).

Os pequenos produtores rurais da Fronteira Oeste estão enraizados nos pequenos latifúndios sendo estes “lindeiros” das grandes estâncias, representando a pobreza rural. São dependentes da renda vinda da produção agrícola pastoril e muitas vezes são ignorados pela indiferença de ser. A EMATER, por exemplo, relata que existe certa resistência quando o assunto é a diversificação de produção (por exemplo, produção leiteira ou hortifrutigranjeiros), fato este, ligado aos aspectos culturais que prefere manter a identidade de criador de gado mesmo que em pequenas propriedades e com pouca produção. Para os pecuaristas tais atividades comerciais das lavouras são subalternas, devendo ser exercidas por mulheres, negros e “gringos”. Existiria, portanto, um imaginário que liga a ascensão social, o prestígio e a conquista de poder com a reprodução das atividades típicas das grandes fazendas em pequenas áreas de campo (FONSECA, 1994 apud ALENDE, 2006).

Estudos apontam a dificuldade em convencer os pequenos produtores rurais da Fronteira Oeste em apostar na diversificação da produção. Mesmo nas pequenas frações de

terra é reproduzida a mesma forma de produção, em especial a pecuária de corte, das grandes propriedades. Culturalmente a pecuária está atrelada ao domínio da economia e consequente demonstração de poder e “status” social (ALENDE, 2006).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sob domínio da coroa espanhola o município de São Borja transforma-se em uma Redução Jesuítica em 1682. Constituiu-se em vila em 1885, passando a contar com o título de cidade em 1887, ainda no Brasil Império. A coroa portuguesa colonizou a região com a doação de sesmarias, principalmente para militares, com o objetivo principal de preservação do território.

São Borja formou grandes estâncias, e com a grande quantidade de gado que haviam soltos pelos campos, oriundos das reduções, iniciou-se a comercialização do gado e seus derivados, principalmente com a venda do charque e do couro. Atualmente observamos que esse histórico ligado à pecuária ainda é reproduzido tanto em grandes propriedades, muitas contando com grandes suportes tecnológico e técnico, quanto em pequenas propriedades, só que neste caso ficando a mercê das inovações e assistência especializada.

Conforme a literatura analisada, os pequenos proprietários rurais são bastante individualista, avessos ao associativismo, empreendedorismo e cooperativismo importantes para o processo de diversificação de produção, aumento de produção e posterior acesso ao mercado consumidor. Entre os autores é possível verificar que há baixa escolaridade entre as pequenas e médias propriedades rurais, mas os dados do IBGE apontam que os produtores rurais da cidade estão em muitos aspectos, principalmente ensino médio, superior, mestrado e doutorado acima da média estadual e nacional no mesmo aspecto. Vale lembrar que tais dados do censo agropecuário abordam todos os moradores, podendo ter concentração de alta ou baixa escolaridade em determinado grupo.

Este estudo aponta uma possível relutância por parte do pequeno produtor rural do município de São Borja em diversificar a produção, este fato pode estar relacionado a questões culturais. Mas, seria precipitado constatar um fator determinante para a baixa diversificação de produtos, acreditamos que terminamos esta parte do estudo com mais perguntas do que respostas. Existem poucos estudos sobre os pequenos produtores rurais do

município, encontrou-se um apanhado maior de bibliografia que tratava da Fronteira Oeste ou do município de modo geral.

Vale lembrar que outros fatores podem estar presentes nesse cenário como: questões culturais, como atribuir às atividades que já foram experimentadas pelas reduções, como horticultura, por exemplo, a cultura indígena, e, portanto, de menos valor; a falta de atenção dos órgãos públicos para com as demandas dessa parcela da população, com políticas públicas específicas; essa parcela da população tem acesso às fontes financiadoras, como bancos e agências de fomento; considerando que a cidade fica bastante distante dos grandes centros de consumo, portanto, será que existiriam consumidores para determinados produtos em grande quantidade; ou de fato são as questões relativas à sua formação histórico-cultural que determinam tal comportamento e provocar alguma mudança nesses costumes e hábitos seria algo muito difícil.

## REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132001000200001>>. Acesso em: jun. 2020.

ALENDE, Carlos Roberto Maciel et al. **Estudo dos sistemas de produção dos agricultores familiares da fronteira oeste do rio grande do sul**. 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8896/COMPLETA.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. **Cidade de São Borja**. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/sao-borja\\_rs#caracterizacao](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-borja_rs#caracterizacao)>. Acesso em: abr. 2020.

BOLIGIAN, Levon. **A transposição didática do conceito de território no ensino de Geografia**. 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/95662>>. Acessado em: mai. 2020.

BRASIL. **Constituição de 1824**. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/305-constituicao-de-1824>>. Acesso em: mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm)>. Acesso em: set. 2019.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de " território" e suas vinculações com a cartografia. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**,

v. 12, n. 1, p. 193-234, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47142004000100018>>. Acesso em: mai. 2020.

DA SILVA, Tomaz Tadeu. **Do livro: Identidade e diferença. Organizado por Tomaz Tadeu da Silva.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000 p. 73-102. Disponível em: <[http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/a\\_producao\\_social\\_da.htm](http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/a_producao_social_da.htm)>. Acesso em: mai. 2020.

DE OLIVEIRA RAMOS, Luís A. Repercursões do Tratado de Tordesilhas na época contemporânea. História: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 11, 2019.

**EMATER DO RIO GRANDE DO SUL.** Disponível em: <<http://www.emater.tche.br>>. Acesso em: set. 2019.

EMBRAPA. **Módulos fiscais.** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigoflorestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: set. 2019.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **COREDE fronteira Oeste.** Disponível em: <[file:///D:/Users/Usu%C3%A1rio/Documents/Projeto%202020%2002/fronteiraoeste%20\(1\).pdf](file:///D:/Users/Usu%C3%A1rio/Documents/Projeto%202020%2002/fronteiraoeste%20(1).pdf)>. Acesso em: ago. 2020.

FONSECA, V. P. S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: A contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994. In. ALLENDE, Carlos Roberto Maciel et al. Estudo dos sistemas de produção dos agricultores familiares da fronteira oeste do rio grande do sul. 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8896/COMPLETA.pdf>>. Acesso em: jul. 2019

GEERTZ, Clifford. **O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem**, 1989. Disponível em: <<https://ria.ufrn.br/123456789/1178>>. Acesso em: mai. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GUIMARÃES E SILVA, Marcela. **A apropriação das TICS por extensionistas e agricultores familiares: possibilidades para o desenvolvimento rural, 2014.** Tese (doutorado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Santa Maria, 2014.

IBGE cidade- **senso agropecuário 2018.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/pesquisa/18/16459?tipo=ranking>>. Acesso em: mai. 2020.

JUNG, Roberto. **R.A odisseia de José Borges do Canto: a Conquista das Missões.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEF, Ivan. **Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. Interações (Campo Grande)**, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/interacoes.v3i4.575>>. Acesso em: mai. 2020.

O'DONNELL, Fernando.O.M. **Elementos da história política de São Borja (1889/1947)**. Editora Edigal: Porto Alegre, 2014.

**PLANO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL 2015/2030**. Disponível em: <<<https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/11104708-plano-fronteira-oeste.pdf>>>. Acesso em: abr. 2020.

**PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BORJA (2017-2021)**. Disponível em: <[https://www.saoborja.rs.gov.br/images/conteudo/ARQUIVOS2017/Plano\\_Municipal\\_de\\_Sade\\_2014\\_2017.pdf](https://www.saoborja.rs.gov.br/images/conteudo/ARQUIVOS2017/Plano_Municipal_de_Sade_2014_2017.pdf)>. Acesso em: ago. 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/975>>. Acesso em: mai. 2020.

RILLO, Apparicio. S. **São Borja em perguntas e respostas- monografia histórica e de costumes**. Coleção tricentenário, n° 2, 4ª edição, 2013.

RODRIGUES, Cláudio. O. **São Borja e sua história**. Coleção Tricentenário, 1982.

RODRIGUES, J. F.C et al. **Cartilha: História missioneira de São Borja: métodos para o ensino do patrimônio cultural**. São Borja, 2013.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, 1994.

**SINALEIRA 20/20**. Disponível em: <<http://agenda2020.com.br/sinaleira/sao-borja/#p.>>. Acesso em: mai. 2020.

SOUTO, A. J. P. **Fundamentos e Possibilidades de Desenvolvimento nas Pequenas e Médias Propriedades Rurais do Município de São Borja-RS: na perspectiva neoendógena**. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Gestão Estratégica de Organizações. URI/Santo Ângelo-RS. Santo Ângelo, Jun.

SOUTO, Augusto José Pinto et al. A perspectiva neoendógena no empreendedorismo rural em São Borja/RS. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, v. 2, n. 1, p. 55-65, 2016.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Atlas geoambiental de São Borja- Laboratório de Geologia Ambiental, Prefeitura Municipal de São Borja**. Santa Maria : UFSM, LAGEOLAM, 2007.